

Índice

A dupla bitola para julgar delitos de ódio	1
Aulas em inglês	2
“Eliminar o sofrimento, não o sofredor”	3
“Contra la democracia”	4

A dupla bitola para julgar delitos de ódio

A prática da censura tem cada vez mais apoiantes nas sociedades democráticas. Numa época de forte aumento das suscetibilidades, alguns pretendem manter sob controlo as ideias impopulares.

Estes assuntos foram debatidos a 13 de março na Asociación de la Prensa de Madrid, durante a apresentação do livro [“La censura maquillada”](#) (Dykinson) do advogado britânico Paul Coleman, especialista em direitos humanos, numa edição publicada em castelhano por iniciativa da “Aceprensa”. No foco da obra, o modo como as leis “contra o discurso do ódio” estão a ser aplicadas para restringir a liberdade de expressão.

Durante o colóquio, moderado por Álvaro Lucas, diretor do Aceprensa Fórum, o jornalista Jorge Bustos, chefe da secção de opiniões do diário “El Mundo”, aludiu à crescente tendência para privilegiar a suscetibilidade em detrimento da liberdade nas polémicas sobre a liberdade de expressão. Aí emerge a censura.

Segundo o editor, censurar só pode resultar num empobrecimento do debate público, mesmo que seja feito sempre em nome do bem, porque “o nosso censor nos ama”, ironizou. “As boas intenções estão sempre por detrás das piores perversões”.

Por outro lado, se Sartre afirmou que “o inferno são os outros” e o politicamente correto atual pretende, a partir da sua suscetibilidade, arrogar-se o direito de os obrigar a deixarem

de ser o inferno, também há quem, a partir do outro extremo, aposte em degradar o discurso público.

Tentar que este se assemelhe à “verdadeira linguagem da rua” não é a saída porque, diz, na linguagem da rua também existe lixo, “sentimentos que estão melhor ocultos do que expressos. Como sabem, desde que se inventou o Twitter, as portas dos balneários públicos estão impolutas. As pessoas aliviavam-se lá e agora aliviam-se nas redes sociais. Seria preferível voltar aos balneários públicos do que nadar na lama do Twitter”.

Também interveio a professora de Direito, Francisca Pérez Madrid, da Universidade de Barcelona, autora do prólogo da edição espanhola de “La censura maquillada”. Sublinhou a realidade de na Europa terem progredido bastante mais do que nos Estados Unidos, as barreiras a partir das quais se deve considerar a existência de um delito de “ódio”. A recordação de fenómenos históricos como o nazismo, o qual a partir da demonização de grupos concretos passou à violência de os exterminar, leva a que os alarmes irrompam com mais facilidade e que se pretenda aplicar sanções de modo mais expedito por determinadas expressões, ainda que não haja a ocorrência dos atos de violência a que, presumivelmente, incitariam aquelas.

Só que os alarmes e as sanções aceleradas não parecem valer para todos os casos, e Pérez Madrid exemplificou-o com processos judiciais acolhidos pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: se para o alto tribunal constituiu um “delito de ódio” que várias pessoas distribuíssem, à porta de uma escola sueca, folhetos sobre a incidência da homossexualidade no aumento de casos de HIV (caso *Vejdeland vs. Suécia*), o facto das Pussy Riot terem encenado um escândalo na catedral de Moscovo não era punível. É a dupla bitola:

consoante o grupo perseguido, é maior ou menor a sensibilidade para protegê-lo. Não existe um padrão coerente nas considerações do Tribunal de Estrasburgo, mas uma “linha torcida”, pela qual se julga de modo diferente determinados casos e outros.

Por seu lado, José Manuel Velasco, presidente da Global Alliance for Public Relations and Communication Management, precisou que na Europa, na sequência do golpe que significou a crise económica, há pessoas dispostas a sacrificar liberdades – incluindo a de expressão – a fim de ganhar segurança.

É algo que sucede em sítios como a China. Da sua experiência nesse país, Velasco apontou o facto de que a pujança económica chinesa e a sua tradução em maiores doses de bem-estar, induziram muitos profissionais chineses da comunicação a pensar que a liberdade de expressão é assunto secundário e que é positivo limitar as críticas – contra o pequeno funcionário é possível fazer todas; contra o Partido Comunista, nenhuma.

Não deve – não pode – ser este o modelo. Salientou que “a Europa não deve permitir-se o luxo de ver escapar o discurso das liberdades”.

L. L.

Aulas em inglês

É o que se impõe: aprender inglês desde cedo, se possível, com o biberão. O ensino dos conteúdos escolares? Em inglês. Tudo, tudo. Se é nessa língua que se entende o mundo e se gere a empresa, não há tempo a perder.

A tendência, tão reforçada pelo mercado, não convence, paradoxalmente, uma publicação britânica. A revista [“The Economist”](#) (23.2.2019) veio pedir moderação e reivindicar o ensino em línguas vernáculas nos sítios onde se está a apostar no inglês como meio de instrução das diversas cadeiras.

O semanário não esquece, evidentemente, as vantagens de dominar uma língua que se converteu em instrumento essencial de comunicação em campos como o das ciências, a medicina, o entretenimento e, “para fúria dos franceses desde a Segunda Guerra Mundial, a diplomacia”. A própria publicação reconhece ter beneficiado com a enorme expansão do inglês pelo mundo.

Mas também repara nos inconvenientes que pode significar fazer desse idioma o veículo de instrução para crianças que não são falantes nativas dessa língua. Adverte para esse aspeto em países que foram vassallos de *Her Gracious Majesty* e onde existem línguas locais ancestrais, mas são sítios onde os pais ou as autoridades educativas optaram por privilegiar a língua da antiga metrópole.

Na Índia e na Nigéria, por exemplo, os que vivem em bairros de lata fazem o impossível para enviar os seus filhos para escolas de pagamento onde lhes ensinam a língua inglesa, com a esperança de que as crianças um dia possam ir para a universidade, ter bons empregos e romper o ciclo da pobreza. Nalguns territórios, esta tendência levou as administrações a deixar de lado a instrução na língua materna e privilegiar o inglês nas escolas públicas, para cortar o fluxo de estudantes para a escola privada.

Qual é o problema? Diz a “The Economist”: “Ensinar em inglês está bem se é isso o que falam as crianças em casa, e se os seus pais também o falam com fluidez. Mas esse não é o caso na maioria das escolas públicas e nas privadas de baixo custo. As crianças têm o ensino numa língua que não entendem, dado por professores cujo inglês é de pouca qualidade. Aí, não aprendem nem inglês nem nada”.

Algumas experiências viriam reforçar a ideia de que é pertinente ensinar na primeira língua que a pessoa escuta na sua casa e na sua comunidade. Nos Camarões, por exemplo, um estudo efetuado em 12 escolas demonstrou que os que durante os primeiros três anos tinham tido as suas disciplinas de estudo em kom, a sua língua materna, obtiveram melhores resultados em diversos testes. Mas o mais interessante é que, aos cinco anos, ultrapassavam até no inglês aqueles que tinham tido a sua instrução nesta última língua.

Vários docentes de antigas colónias britânicas puderam confirmar realidades parecidas. [Na África do Sul](#), no “Mail & Guardian” (18.10.2013), os investigadores Stephen Taylor e Marisa Coetzee referiram que grupos de estudantes do ensino primário que haviam utilizado a língua materna como meio de instrução, tinham conseguido melhores resultados igualmente em inglês dos que aprenderam as matérias neste último idioma.

Assinalam que “a sugestão de utilizar o inglês como língua de instrução desde o primeiro ano de aprendizagem pode evitar essa difícil transição [da língua materna para a estrangeira no quarto ano do ensino primário], é demasiado boa para ser verdadeira. A aprendizagem, inclusivamente a aprendizagem do idioma, começa muito antes da criança entrar na escola. Portanto, o foco em ‘diretamente para o inglês’ implica também uma transição no idioma de aprendizagem da criança, que pode estar menos preparada para essa transição no primeiro ano do que no quarto”.

Também na *web* do British Council se encontram opiniões favoráveis a não negligenciar a língua materna. O professor indiano Narasimha Rao, que ensina precisamente inglês,

aprova dá-lo em doses de modo devido e usar igualmente a língua local. Segundo ele, é positivo utilizá-la para que os estudantes compreendam bem as instruções concretas das tarefas e as executem corretamente. Também lhe serve para, por exemplo, explicar conceitos abstratos – interroga-se como definir diretamente em inglês o conceito *integridade*, sem o risco de ser mal compreendido –, e para colocar o conteúdo ao alcance dos alunos menos competentes que, no seu caso, numa escola pública da Índia, são a maioria.

Por seu lado, a professora Angelina Kioko, do Quênia, afirma que no seu país, as crianças das áreas rurais entram no processo educativo apenas com o idioma local, e que ensinar-lhes nessa língua as ajuda a entender melhor e a mostrar uma atitude mais positiva para com a escola – segundo constatou a [UNICEF](#), as crianças que não têm como língua de instrução aquela que falam em casa, têm mais probabilidades de abandonar os estudos e de terem piores resultados nos exames.

Kioko explica que, ao iniciar as crianças na escola com uma língua que não conhecem, o protagonismo na sala de aula fica reduzido ao professor. O uso do idioma desconhecido reforça a passividade e o silêncio, e vem a ser um acrescento negativo para as crianças.

“A classe escolar é nova, os companheiros são estranhos; o centro de autoridade, que é o professor, também é um estranho. O método de ensino é novo igualmente. Se, além de tudo isto, existe uma abrupta mudança da língua de interação, aí a situação pode complicar-se bastante e, de facto, acabar por afetar o progresso da criança. Utilizar, todavia, o mesmo idioma que utiliza em casa, pode ajudar a criança a desenvolver-se nesse novo ambiente”.

Como em tudo, também no uso pedagógico de uma língua estrangeira há aspetos totalmente diferentes a considerar. Duas professoras do Departamento de Linguística Geral da Universidad Autónoma de Madrid advertem para as vantagens nessa utilização “desde a primeira hora”, pois o bilinguismo pode ajudar os menores a aumentar a sua capacidade de aprender posteriormente novas línguas. Embora a princípio possam atrasar a sua aprendizagem, avançam seguidamente com rapidez, e é positivo”, defende Azucena Penas.

A sua colega, Elena Garayzábal, apoia esta ideia: “Até aos 12 anos, os cérebros são muito plásticos e ambas as línguas fixam-se em ambos os hemisférios com um esforço cognitivo menor do que o de quem aprende uma língua sem ser de forma bilingue. Isso contribui, além disso, para muitas vantagens, levando a que como adultos mantenham o conhecimento destas línguas, pois está comprovado que as pessoas bilingues têm uma menor deterioração cognitiva”.

Haveria, contudo, algumas interrogações, entre elas qual é a qualidade do inglês (ou alemão, ou francês, etc.) que lhes é dado para o estudo do currículo não linguístico. Para Penas, “se [os professores] não tiverem competência suficiente na língua diferente da que não é a materna, evidentemente, seria

prejudicial. Nas escolas e institutos de ensino médio acontece demasiadas vezes que dão aulas em inglês professores que se reciclaram neste idioma através de alguns pequenos cursos *ad hoc*. Isto parece-me uma saída rápida para a necessidade do bilinguismo nos centros educativos, mas não é o melhor, para coisa nenhuma”.

Por outro lado, há a interrogação de como expressar os conteúdos aprendidos numa segunda língua num contexto social que não a domina. Pode um pai ajudar o seu filho a examinar as partes de uma flor se não sabe o que é exactamente a antera, o eixo floral ou o estame? Se o descobre – o que não será difícil – poderá enunciá-los corretamente, de modo a não provocar vacilações linguísticas ao filho? E quando este, já mais crescido, quiser abordar no seu quotidiano conceitos aprendidos na sala de aula, como os irá expressar aos ouvintes do seu meio de língua materna: nesta língua, ou numa que não compreendem?

Refere Penas: “Se não existe suficiente imersão [linguística], pode acontecer que a aprendizagem seja superficial e algo artificial. Se o meio social é monolinguístico, o aproveitamento na aprendizagem pode ressentir-se, pois não existe continuidade para lá do contexto educativo”. Acrescenta Garayzábal: “A interação fica limitada, quando o interlocutor não se apercebe das coisas e não pode dar *feedback*. É evidente que um pai falante de apenas uma língua, terá mais problemas para compreender e responder”.

L. L.

“Eliminar o sofrimento, não o sofredor”

O caso de María José Carrasco, a sexagenária doente de esclerose múltipla a quem o seu marido ajudou a suicidar-se, provocou polémica em Espanha. O marido, Ángel Hernández, que cuidou dela durante décadas, foi preso depois de confessar a sua ação e, pouco depois, colocado em liberdade à espera de julgamento.

Empurrada para a atualidade devido a este drama, a eutanásia regressou como tema à campanha eleitoral em Espanha, com alguns políticos a apontarem culpados pela tragédia, mas sem darem demasiado destaque a que os cuidados paliativos, a alternativa eficaz ao suicídio assistido, devem chegar a cada cidadão que deles necessite.

A “Aceprensa” conversou brevemente sobre o acontecimento com o Dr. Marcos Gómez Sancho, que foi presidente da Sociedad Española de Cuidados Paliativos (SECPAL) entre 1995 e 2000:

— *Relativamente a María José Carrasco, estamos perante um caso muito avançado de esclerose múltipla. Que papel devem desempenhar os cuidados paliativos numa situação assim?*

— O mesmo que com todos os doentes: melhorar a sua qualidade de vida na medida do possível e atender também os familiares, que costumam passar por grandes problemas. Esta doente teve acesso a cuidados paliativos e depois num centro, mas na maior parte do tempo esteve em sua casa, e pelo que sei, sem muitas ajudas.

Qualquer sociedade tem de juntar esforços para dar resposta às necessidades destes doentes. Precisam de mais ajudas, provavelmente económicas. Em Espanha, todos os dias morrem cem pessoas numa sinistra lista de espera, enquanto aguardam o dinheiro que lhes cabe como ajuda por lei. Cem todos os dias! Haveria que dar-lhes antes essas ajudas, agilizar a forma como se administram para que as recebam a tempo.

O projeto de lei da eutanásia, por exemplo, garante que desde que se solicite o procedimento até ser executado, não passem mais de 35 dias. Digo eu que podiam dar a mesma pressa às ajudas económicas aos doentes que delas necessitam e que têm direito a elas!

Este caso que veio à tona, em Madrid, causa-me autênticos calafrios. Dá-me a impressão de que o marido estava exausto: era o único cuidador, 30 anos a assistir a sua mulher. Isso não pode acontecer. Tem de haver pessoas a ajudar, possibilidades de fazer entrar o doente nalgum centro e dar uma folga aos cuidadores. Provavelmente, será possível fazer mais coisas do que aquelas que se fazem.

— *Na sua carta, o marido de María José explica que os cuidados paliativos “de boa qualidade, como os que ela recebeu, devem ser um direito de todos os que deles necessitam e solicitam, mas também tem de existir o direito ao suicídio assistido”. Poderão ser opções alternativas ou complementares?*

— Em Espanha, existem anualmente 75 000 pessoas com necessidades muito agudas que não recebem cuidados paliativos e, portanto, morrem com um sofrimento intenso e perfeitamente evitável se lhes tivessem fornecido. Estes 75 000 doentes não podem escolher entre eutanásia e cuidados paliativos, porque não existem cuidados paliativos para eles! Por isso, dizemos que o mais urgente e coerente é implementá-los para que tenham acesso a esses cuidados todos os doentes que necessitem, algo que hoje não é uma realidade.

Muitas pessoas vêm às unidades de cuidados paliativos a solicitar uma injeção para morrerem, e quando lhes perguntamos que tratamento têm estado a seguir, verifica-se que estão a tomar um metamizol (nolotil) ou um paracetamol (que são analgésicos e antipiréticos). Quando lhes é aplicada a morfina e deixam de sentir a dor, já não pedem o primeiro. Portanto, a coerência é que o primeiro passo seja cuidar do

doente; ora, apesar disso, haverá doentes a querer a eutanásia? Haverá. Mas felizmente não serão tantos. Em geral, as pessoas não querem morrer: querem viver, sempre que possam fazê-lo decente e adequadamente.

— *O marido foi detido e pouco depois libertado sem medidas cautelares...*

— É realmente muito difícil levar para a prisão um homem que, farto de sofrer ele e a sua mulher, tomou esta decisão por iniciativa da doente. Se lhe aplicarem as atenuantes que figuram no Código Penal, parece-me que nem sequer entrará na prisão, porque é um drama muito grande. Os juizes têm de aplicar a legislação vigente, e isso está fora do nosso alcance.

Eu não sou favorável à eutanásia. Enquanto todos os doentes espanhóis não receberem um atendimento adequado e de qualidade, não se pode falar de eutanásia. Uma sociedade civilizada tem de dispor de um modo de eliminar o sofrimento que não seja eliminar o sofredor. Há muitas deficiências no atendimento, e a eutanásia não é nada de prioritário. O prioritário é atender os doentes. Isso, e dar as ajudas estabelecidas e mesmo aumentá-las, é o realmente urgente.

L. L.

“Contra la democracia”

“Against Democracy”

Autor: Jason Brennan
Deusto. Barcelona (2018)
496 págs.

Sabe-se, numa mudança de época, que alguns pilares do nosso modo de entender a vida são questionados, por exemplo, com a audácia de “Contra la democracia”, um texto inteligente e provocante, escrito por um dos melhores representantes da chamada “escola de Arizona” de análise social. No entanto, mais do que um tratado de ciência política ou de economia, estamos perante um livro de filosofia política, que maneja sem disfarce conhecimentos e métodos das ciências sociais, mas que também consegue o mesmo que os ensaios filosóficos: fixar o cerne da pergunta no centro das nossas certezas.

Neste caso, o que está em análise é a democracia, que Brennan propõe abordar sem romantismo e numa ótica utilitária, isto é, considerando a democracia como uma ferramenta desenhada para produzir bons resultados e que, geralmente, é

útil, embora não esteja isenta de defeitos. Embora o autor esteja consciente de que, na prática, existe uma relação de causalidade entre os níveis de democracia e os de prosperidade e respeito pelas liberdades, o facto desta forma de governo apresentar falhas sistemáticas leva-o a interrogar-se se haveria lugar a melhores ferramentas e, por último, a defender a *epistocracia* ou governo dos que sabem.

Sendo como é a política um âmbito onde as decisões se repercutem tão seriamente na vida das pessoas, Brennan defende que temos direito a um governo competente. Mas conseguir isto em democracia é incerto, e mais ainda diante da constatação da persistente ignorância do votante sobre as instituições, os representantes, as leis e as medidas políticas.

Muitos leram “Contra la democracia” como uma obra elitista e paternalista. Talvez pudesse acrescentar-se que tem também uma pitada racionalista, uma cansativa fixação nas evidências e um esquecimento da dimensão mimética do comportamento humano que, para o bem ou para o mal, impulsiona a uniformização de condições igualmente na arena política. A favor de Brennan, é de admirar a agilidade do raciocínio, a abundante utilização de exemplos e experiências mentais e a preocupação sincera que se sente nas suas páginas pela justiça social e a favor de uma política que não nos converta em inimigos. Já por isto vale a pena a leitura do seu ensaio.

J. P. S.

